

# *Grades, pontes e horizontes: uma manifestação histórica*

Inédito foi que famílias negras, ciganas e brancas pobres tenham encontrado força - interior e coletiva - para se juntarem reivindicando os seus, os nossos, direitos e que o tenham feito sem cair na tentação de diluir a dimensão racial na de classe, nem o problema estrutural que é a prisão na particularidade de cada caso.

Cristina Roldão

17 de Março de 2022, 6:19



Passou despercebida a manifestação Juntas/os do Luto à Luta - Justiça por Daniel, Danijoy e Miguel, em Lisboa, neste sábado chuvoso. Os três morreram, em condições suspeitas, em prisões portuguesas. Familiares - Alice Santos (mãe de Danijoy), Joel Cesteiro (filho de Miguel Cesteiro) e Luísa dos Santos (mãe de Daniel Rodrigues) -, diferentes coletivos e ativistas manifestaram-se reivindicando justiça e criticando o sistema prisional. Foi, pelo menos por duas razões, uma manifestação histórica.

Não teve destaque na televisão e os jornais que lhe deram alguma atenção, repetindo a notícia da Lusa, foram pouco além da contagem de “várias dezenas” de pessoas e da reescrita de informação, de alguma forma, já conhecida. Estes três casos deixam adivinhar a violência brutal e violação dos direitos humanos dentro das prisões, a impunidade desses crimes, o descaso das autoridades por aqueles que tem à sua guarda, quando não mesmo a obstrução do apuramento da verdade. Infelizmente, isso não é inédito, nem pontual.

Em cinco anos, ocorreram 303 mortes nas prisões portuguesas, das quais 66 foram dadas como suicídio e apenas seis investigadas pela Polícia Judiciária, como deveria ocorrer com qualquer morte dentro da prisão. No contexto europeu, Portugal é, de longe, o país com mais elevada taxa de mortalidade nas prisões - 50 por 100 mil reclusos, contra uma média da UE15 de 23,3 (SPACE, 2020), **há décadas que apresenta o dobro das mortes da média europeia**. É aquele que apresenta taxas de encarceramento mais elevadas - 126 reclusos por cada 100 mil habitantes, enquanto na UE15 a média é de 91 (Eurostat, 2019) - e o terceiro no encarceramento feminino (SPACE, 2020). A média do tempo de prisão é das mais longas (aproximadamente 32 meses, quando entre os 47 países do Conselho da Europa a média era cerca de 11 meses, em 2018). Mesmo sendo o terceiro país mais seguro do mundo (RASI, 2019), em Portugal, a inclinação para punir é forte, mas seletiva.

As prisões são para gente pobre, negra, cigana e imigrante, gente a quem historicamente já a sociedade e o Estado falharam no trabalho, habitação, educação, saúde, justiça, proteção social, etc. Para os ricos, não há “Zonas Urbanas Sensíveis”, não há tomas forçadas de Lagarçtil e fármacos semelhantes para gerir o “clima” da cadeia a custo da saúde mental dos reclusos, não há centros de instalação temporária do SEF, como aquele em que **Ihor Homeniuk foi assassinado**. As pessoas com nacionalidade dos PALOP estão dez vezes mais sujeitas a ser encarceradas. Danijoy, com pouco mais de 20 anos e sem antecedentes criminais, foi condenado a seis anos de prisão efetiva por roubar telemóveis. Ricardo Salgado roubou um país e é condenado (até recurso em contrário) ao mesmo tempo de pena. Nada disto é novo ou pontual.

**As prisões são para gente pobre, negra, cigana e imigrante, gente a quem historicamente já a sociedade e o Estado falharam no trabalho, habitação, educação, saúde, justiça, proteção social, etc.**

Realmente inédito na manifestação deste sábado é que famílias negras, ciganas e brancas pobres tenham encontrado força - interior e coletiva - para se juntarem reivindicando os seus, os nossos, direitos e que o tenham feito sem cair na tentação de diluir a dimensão racial na de classe, nem o problema estrutural que é a prisão na particularidade de cada caso. É a primeira vez que isto acontece na história da nossa democracia. Se não temos mais famílias a protestar publicamente contra as prisões não é porque faltem casos para denunciar, é porque infelizmente sabem que serão ainda mais enredadas num processo burocrático-judicial em que, para além dos custos, ainda podem acabar no banco dos réus. Sabem que dificilmente encontrarão a solidariedade e “empatia” generalizada, que não há comoção coletiva porque são filhas e filhos de um Deus menor, para quem a tortura e a morte prematura e injustificada são destinos prováveis.

O segundo aspeto que interessa sublinhar prende-se com alianças e horizontes políticos. Quem lesse o manifesto, atendesse às palavras de ordem escritas e gritadas em frente ao EPL, olhasse com olhos de ver as pessoas que deram corpo à manifestação, dar-se-ia conta de um universo político-ideológico diversificado, cujas propostas deveriam ser noticiadas e publicamente discutidas. Apesar de inúmeras sobreposições e especificidades, na manifestação de sábado havia propostas abolicionistas (em que se pretende o fim do aparato estatal de encarceramento, violência e controlo de pessoas), orientações de esquerda e antifascistas (em que o caráter burguês do Estado numa sociedade capitalista é entendido como causa das desigualdades sociais e violências nas prisões), perspetivas mais reformistas (em que se propõem formas de melhoria do funcionamento do sistema prisional e se denunciam as suas disfuncionalidades), perspetivas negras, ciganas e antirracistas (que fazem uma leitura e um luta interseccional, sublinhando o racismo, colonialidade e anticiganismo estruturais) e a perspetiva de (ex-)reclusos/as e suas famílias (fundada no conhecimento pormenorizado do funcionamento das prisões e de toda a cadeia opressiva que lhes está a montante, dos tribunais, aos advogados do Estado, à violência policial e à falta de oportunidades).

No dia 8 de Março, já Alice Santos e Luísa dos Santos haviam participado juntas na manifestação feminista. Como bem salientaram, são as mulheres que encham as horas de visita nas prisões e asseguram os cuidados de reclusos e reclusas. Elas são o elo com “a vida cá fora”. Em novembro último, movimentos ambientalistas alteraram para o dia seguinte a Marcha Mundial pela Justiça Climática, de modo a poderem juntar-se à manifestação “Justiça por Danijoy”. Alice Santos e ativistas antirracistas estiveram depois, também, nessa marcha. Não foi a primeira vez (já se havia ensaiado essa aproximação aquando da manifestação a propósito do assassinato de George Floyd) que se deram passos na consolidação da ideia de que “não há justiça climática, sem justiça racial”.

**Não foi a primeira vez (já se havia ensaiado essa aproximação aquando da manifestação a propósito do assassinato de George Floyd) que se deram passos na consolidação da ideia de que “não há justiça climática, sem justiça racial”**

O facto de esta confluência de movimentos políticos e forças sociais não merecer discussão nem interesse nos meios de comunicação social limita-nos. Sabemos que as prisões são tema que não dá votos, nem interessa ao poder, que interiorizámos a ideia que as sociedades “necessitam” de prisões, como se fossem “naturais” e sempre tivessem existido, que há medos que persistem numa sociedade com um passado recente de censura e polícia política. Sabemos que o tema está marcado pelo anátema do estigma e que há um processo de alterização que recompensa quem está cá fora com um sentido de distinção. Os bloqueios são muitos, mas o debate sobre as prisões, exatamente porque elas são centrais e não “marginais” ao funcionamento das nossas sociedades, é imprescindível porque exige-nos capacidade de desconstruir as relações e regimes de poder em que vivemos, porque é uma porta de entrada fundamental para pensar outros horizontes de sociedade.

*Nota: Nas comparações com o contexto europeu optou-se, quando possível, pela delimitação “UE15” e não “UE27” porque esta última integra países com sistemas prisionais ainda marcados por um passado recente não democrático. Nos cálculos estatísticos referentes à UE15 não foram tidos em consideração, como seria de esperar, os dados referentes ao Reino Unido.*

*A autora é colunista do PÚBLICO e escreve segundo o novo acordo ortográfico*